

## ***Galicia no espazo cultural e simbólico da Lusofonia***

### **0. INTRODUÇÃO GERAL**

O português, do regional ao intercontinental  
(2007)

Algumas línguas imperiais são sedentárias, outras são viandantes. As sedentárias ganharam espaço através de sucessivas aquisições de territórios contíguos e ocupam hoje uma área que pode ser multinacional, mas corresponde ao apogeu do crescimento da potência imperial. O alemão é talvez, na Europa, o melhor exemplo desta associação entre solo ininterrupto e língua apenas dialectalmente variada. As névoas linguísticas germânicas que permanecem no sul do Brasil, e porventura na Namíbia, são fruto de fenómenos migratórios ou coloniais com pouco mais de um século e de fraca expressão numérica.

Entre as línguas viandantes estão as que, na fórmula célebre de Nebrija, foram companheiras dos impérios ultramarinos que se estabeleceram a partir do Renascimento: o português e o castelhano ainda no séc. XV, o inglês e o francês no XVI. O testamento de Adão, que dividia o mundo novo entre as coroas de Portugal e Castela, não foi cumprido com exactidão, tendo-se introduzido na partilha outras potências europeias que possuíam portos de mar e armadas poderosas. Os Países Baixos fizeram parte dessa viagem e dessa partilha, mas foram os únicos que não deixaram territórios a falar, de modo sustentado, a sua gutural língua. Mais prático lhes pareceu utilizar, para os contactos com as populações, as línguas ou os pidgins de origem europeia que ali já encontraram instalados: está documentado o uso que fizeram de variedades mistas do português em todo o círculo que vai desde o Índico até às Molucas.

As outras quatro potências europeias, que se assenhorearam com maior ou menor firmeza de partes do mundo e as mantiveram como colónias até que os ventos de mudança, na imagem de Harold Macmillan, as transformaram em estados independentes, ou em neo-colónias, deixaram nelas geralmente dois tipos de legado linguístico . variedades mais ou menos diferenciadas da língua europeia ou línguas mistas, como pidgins e crioulos . , de acordo com a intensidade que a ocupação colonizadora assumiu em cada lugar. Daqui resultaram mapas linguísticos de escala mundial, em que o inglês, o castelhano, o português e o francês, por esta ordem, ocupam espaços descontínuos, diversificados linguística e culturalmente, que entre si disputam zonas de influência (p.ex., o espanhol nos Estados Unidos) e que, dentro de si, isto é, entre as variedades da mesma língua que em cada um dos estados ex-coloniais servem de língua nacional maioritária, veicular ou aglomeradora, estabelecem relações de convivência e de mútua compreensão nem sempre fáceis de gerir. O conceito de francofonia corresponde a um projecto unificador do espaço linguístico francês de ambição tão ordenada e centralizada como os jardins do palácio de Versailles. Inversamente, a prática seguida nos países de língua inglesa tem sido a do liberalismo económico: a decisão e a última palavra pertencem ao mercado e este aponta para uma progressiva autonomização das variedades nacionais da língua, o que leva a conceber o inglês como uma futura família de línguas e permite que autores como Tom McArthur escrevam livros intitulados *The English Languages* (Cambridge, 1998).

O português, como se sabe, hesita entre os modelos unificador e separador. A isso dedicarei a parte final desta exposição. Mas antes dediquemos alguma atenção

ao modo como o português se construiu enquanto língua viandante. Evidentemente, ele não nasceu ao mesmo tempo em toda a enorme soma de territórios que hoje ocupa, mas num pequeno recanto do noroeste da Península Ibérica, desde logo revelando tendências para se movimentar em direcção ao sul. Nasceu naquilo a que Joseph Piel chamava a Galécia Magna, designação que abrangia a actual Galiza, o norte de Portugal e um pouco das Astúrias. Não nasceu, como pensavam Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; não é uma língua descendente do latim dos lusitanos, mas sim dos galegos. Por isso é justo dar-lhe como berço simbólico Santiago de Compostela, ainda que tenha sido mais largo e diferenciado o espaço em que duas consoantes dentais, [l] e [n], quando em posição intervocálica, se revelaram particularmente débeis e sofreram síncope; tratando-se de dois sons muito frequentes, grande número de vocábulos foi afectado por essa síncope, que teve consequências colaterais nos encontros vocálicos, na estrutura silábica e nas distinções morfológicas. Estes fenómenos, associados a outros de base fonológica, foram suficientes para condicionar a evolução futura do romance do noroeste peninsular, que ajudaram a distinguir dos romances do centro e do sul da Península Ibérica.

Ainda hoje é perceptível, na paisagem portuguesa, a fronteira entre a Galécia Magna e as terras centro-meridionais. Se viajarmos por estrada de Lisboa em direcção ao norte, a seguir a Coimbra há um ponto em que começamos a encontrar casas de piso térreo e primeiro andar, com a divisão do gado em baixo e as pessoas vivendo em cima. Quase subitamente, a vinha passa a estar pendurada em arcos ou nos galhos das árvores, a vinha de enforcado+ que produz vinho verde. Ao lado das casas, descobrimos umas peculiares formas de construção sobre estacas, para guardar cereais: são os espigueiros, de madeira na Beira Litoral, mais para o norte de granito ou, modernamente, de cimento. Quando vemos estes sinais de ocupação humana, percebemos que o território já é outro, e mais antigo. Entrámos na área inicial da língua portuguesa, um território que vem continuamente da Corunha, no extremo setentrional da Galiza, até ao vale do rio Vouga, no paralelo de Aveiro, um território cuja população nativa, galega ou portuguesa, fala a língua que os seus antepassados aí sempre falaram. Coisa de que um lisboeta não se pode orgulhar. Um lisboeta nativo, descendente de muitas gerações de habitantes da cidade ou do sul, fala uma língua não autóctone, que foi transplantada a partir da Galécia Magna. Exactamente como a língua falada no Rio de Janeiro ou em Maputo para lá chegar teve de navegar pelas águas do Atlântico Sul e do Índico.

O primeiro movimento de viagem em direcção a sul foi aquela transplantação inicial da língua do norte, onde se situam as origens do reino de Portugal, para o resto do território, onde o galego-português se sobrepôs ao árabe.

O segundo movimento, igualmente para sul, consistiu num arrojado salto para fora da Europa. Companheira dos Descobrimentos, a língua instalou-se em ilhas atlânticas desabitadas (Madeira, Açores, Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, Fernando Pó) e no litoral africano que lhes fica fronteiro. Dobrado para leste o extremo sul de África, no cabo chamado Tormentoso, e depois Esperançoso, Portugal instala-se em pontos do litoral asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas e faz o mesmo, a seguir, no litoral brasileiro. Se, até então, a língua nunca perdera de vista o mar, o mesmo não se passou no Brasil. Aí, vemos os portugueses a entrar pela terra dentro nos sécs. XVI e XVII, coisa que em África só fizeram no séc. XIX, quando houve uma penetração significativa de colonos portugueses para o interior de Angola e Moçambique. E coisa que não tiveram tempo de tentar no Oriente, onde o domínio militar cedo transitou para mãos inglesas e holandesas.

Estes dois movimentos sucessivos de deslocação territorial da língua portuguesa definiram na sua história dois ciclos cronológicos sucessivos, separados por uma cesura:

a) o ciclo da *elaboração da língua*: o galego-português transplanta-se para sul, transforma-se e torna-se base de uma norma culta de características meridionais, que

seria vista como língua nacional; enquanto isso, no norte, a língua medieval torna-se dialectal, até hoje conservando traços como a africada [tʃ] ou o tratamento por vós, plural de *tu*, igual ao que se fazia em Roma;

b) o segundo grande ciclo é o da *expansão da língua*: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. São muitas e simultâneas as transformações, não apenas na língua falada, mas também na escrita. Enquanto assim se reestrutura e consolida dentro de portas, a sua expansão fora da Europa torna necessário distinguir entre português europeu e português extra-europeu.

No europeu, o léxico enriquece-se por contacto com línguas exóticas, por importação de cultismos latinos e gregos e pela adopção do castelhano como segunda língua literária. Afirma-se um padrão nacional, descrito pelos gramáticos do séc. XVI e seguintes. Os dialectos distribuem-se segundo um mapa muito semelhante ao moderno, com um norte conservador e um centro-sul, correspondente às terras reconquistadas, mais nivelado e modernizado. O som do português europeu não sofreu, depois do séc. XVIII, alterações significativas.

Quanto ao português extra-europeu, há que distinguir os dois tipos específicos de actuação linguística que já mencionei atrás: 1) transplantação directa de dialectos portugueses, com desenvolvimentos próprios, para vastos territórios como o Brasil, Angola, Moçambique, e também as colónias de emigrantes na Europa e na América; 2) associação a línguas locais, ao longo do litoral africano e asiático, para produzir pidgins e crioulos, possivelmente segundo uma matriz única (o protocrioulo português), o que explica semelhanças entre línguas que nunca estiveram em contacto. Esse processo deu, como resultados modernos, a situação linguística de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e de certas áreas do Índico e Oceania.

Uma visão assumidamente eurocêntrica do português, que não defendendo mas que subsiste em muitos subconscientes, não pode deixar de reconhecer no espaço internacional da língua portuguesa três círculos concêntricos, nos quais ela vive em condições progressivamente mais distanciadas da variante europeia:

a) O círculo mais próximo é o da emigração, que na realidade contém uma *emigração de longo curso*, constituída por comunidades que deixaram Portugal há muito tempo, e para muito longe, e cujas novas gerações estão plenamente aculturadas às sociedades em que vivem, dispondo de conhecimentos residuais do português, alimentados mais pelos estereótipos dos pais e avós do que pelo contacto regularmente actualizado com Portugal. Ao lado desta emigração de longo curso, perfila-se uma outra *emigração costeira*, de carácter menos definitivo pois se dirigiu a países europeus, de onde é fácil regressar a Portugal.

b) O segundo círculo é constituído pelas comunidades que falam português nos países de descolonização recente. É uma boa nova a verificação de que, em países como Angola e Moçambique, a população que adquire o português como língua materna está a crescer muito rapidamente, mesmo que as causas imediatas do fenómeno sejam a concentração, em torno das respectivas capitais, de massas de refugiados aloglotas, que para língua veicular apenas podem dispor do português. Em Moçambique, no espaço de 17 anos, ou seja a vida de um adolescente, a população que fala português como língua materna cresceu de 1% para 6% e a que o fala como língua segunda passou de 25% para 33%, proporções que talvez sejam ainda mais elevadas na actualidade angolana, por enquanto menos estudada.

c) Finalmente, o terceiro círculo é o brasileiro. No Brasil, o português é língua materna universal, com padrões próprios que não conhecem, hoje, o padrão europeu. O Brasil partilhou com Portugal os últimos 500 anos da língua comum e sob certos aspectos conservou-a melhor do que os portugueses: construções sintácticas que muitos julgam ser arrojadas novidades brasileiras já estavam no código genético da língua medieval e foram abandonadas pelos portugueses, mas pelos brasileiros não; Camões, falando, talvez soasse tão brasileiro como lisboeta. Nos confins do Mato Grosso, ainda se ouve a mesma africada [tʃ] que, em Trás-os-Montes, abre a palavra

*chuva* e o verbo *chamar*, essa antiquíssima consoante já ocupou o espaço da língua portuguesa na sua totalidade, mas hoje, como relíquia que é, perdura apenas nas franjas mais remotas e opostas. Tudo isto significa que não pertence a Portugal o privilégio da história, nem ao Brasil, ou a África, o exclusivo da inovação e da modernidade.

No ano 2000, o português era a língua materna de, pelo menos, 180 milhões de pessoas distribuídas por todos os continentes e era a língua oficial de sete estados, aos quais se agregou pouco depois Timor-Leste. Por estes motivos, é uma língua multinacional, veículo de comunicação entre os cidadãos dos estados que a têm como oficial, e é também uma língua internacional, servindo de porta de entrada, como língua segunda, para os falantes originários de outras línguas.

Esta condição multinacional, associada à dispersão geográfica, tem tido importantes reflexos sobre a unidade da língua. As condições de geografia, sociedade e comunicação permitem admitir que a fragmentação do seu sistema linguístico venha a ocorrer no futuro. A construção e a normalização das diversas variantes nacionais poderão ser os primeiros passos nessa direcção. Ou melhor, poderão ser longas marchas constituídas por inúmeros pequenos passos, que não têm consciência da direcção a que apontam.

A nível das atitudes conscientes, o tema da unidade da língua motivou, durante o séc. XX, o aparecimento de dois modos típicos e claramente distanciados de reacção: uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa*. A pulsão unificadora atingiu o zénite com o acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945, que aspirava a reunificar através de uma ortografia comum as variantes nacionais em todas as suas manifestações, mesmo lexicais, sintácticas e fonológicas. E prosseguiu com novos tentames ortográficos nos anos 80, manifestando-se hoje como substrato do conceito de lusofonia e como justificativo de organizações políticas como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cujas modestas realizações apontam para o êxito da pulsão separativa.

Esta teve o seu zénite na recusa brasileira de aderir ao acordo de 1945, mantendo assim o campo dividido entre dois códigos ortográficos: um privativo do Brasil, outro comum a Portugal e às suas antigas colónias. Hoje, destaca-se a pulsão separativa nas preocupações de muitos linguistas, não só brasileiros, mas também portugueses e africanos, os quais argumentam que a separação de placas tectónicas que está em marcha no espaço do português já ultrapassou a variação entre normas da mesma língua e se configura como a criação de gramáticas distintas, o que é equivalente, em linguagem técnica, a falar de novas línguas.

Este conflito de pulsões foi formulado de modo emblemático por Eduardo Lourenço em *A Nau de Ícaro*: por um lado, portugueses e brasileiros «nunca formar[ão] um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural»; por outro lado, para uns e para outros (e também para os africanos) a língua portuguesa constitui o «único elo incontornável». Conciliar estes opostos parece ser o nosso destino e, esperemos, o nosso talento.

## **1. LUSOFONIA**

### **1.1. História do conceito**

ex Francofonia

Fernando Cristovão, Aparecido de Oliveira, *Jornal de Letras CPLP*, etc.

### **1.2 Crítica do conceito**

(2000)

A condição internacional da língua portuguesa tem sido vivida, ao longo dos tempos, de dois modos típicos e claramente distanciados, a que chamarei *pulsão unificadora* e *pulsão separativa*. Não é de fazer aqui a história e a crítica dessas duas forças, reacções opostas . uma inconformada, outra insaciada . ao fenómeno constatado da internacionalidade da língua; esboçarei simplesmente uma sua caracterização.

A pulsão unificadora foi exemplarmente demonstrada por Manuel de Paiva Boléo na abertura de um simpósio luso-brasileiro, realizado em Coimbra em 1967, quando os parceiros reconhecidos eram ainda apenas portugueses e brasileiros. Acima de algumas tarefas urgentes como a unificação da nomenclatura gramatical ou o acordo ortográfico, sobrelevava na opinião do professor de Coimbra a tarefa

de se criar nos portugueses e brasileiros uma mentalidade e uma consciência de unidade de língua em que sejam aceites, dentro da norma culta, certas divergências de pronúncia, de léxico e, embora em menor escala, de construção sintáctica, divergências essas que não afectam a mencionada unidade idiomática<sup>1</sup>.

Como se sabe, poderiam ser alinhadas ao lado desta declaração outras de linguistas brasileiros com ela perfeitamente consonantes.

A pulsão separativa, como é natural, é brasileira de origem e manifestou-se destacadamente na literatura, desde o romantismo ao modernismo; nos dias de hoje, tem encontrado apoio nas observações de muitos linguistas não só brasileiros, mas também portugueses e, porque o assunto também lhes diz respeito, africanos. Gostaria de poder acrescentar que não se etiquetam estas duas pulsões como decorrendo de atitudes nacionais, e muito menos nacionalistas.

3. A pulsão unificadora, que constituiu a matriz doutrinária do acordo ortográfico de 1945, que inspirou as propostas de Boléo em 1967, que se manifestou de novo no abortado projecto de acordo ortográfico de 1986 (mas recuou nos seguintes projectos), acha-se hoje plenamente activa por trás da ideia de lusofonia. Desejando ser equilibrado, reconhecerei que há uma certa utilidade terminológica no substantivo *lusofonia*, que vem a jeito quando se pretende designar com brevidade o grupo dos sete estados de língua oficial portuguesa+. A formação *países lusófonos* é ainda mais conveniente quando se deseja identificar os países africanos sem recorrer à sigla *Paalop+*, de melindrosa flexão plural, ou à judicativa forma *ex-colónias+*, em relação à qual tem vantagens eufemísticas.

Seria excessivamente fácil contrapor que o conceito de lusofonia é neo-colonialista. É certo que o seu habitat mais favorável parece ser Portugal, onde surge constantemente na imprensa, nos debates e mesmo em nomes de entidades públicas: escrevem-se livros e organizam-se colóquios para discutir a lusofonia, uma universidade privada chama-se Lusófona, etc. O debate de sempre entre Portugal como nação de vocação europeia ou como nação de vocação transcontinental também ajuda, pois, por motivos opostos, tanto os nostálgicos do império como os europeístas reconhecem vantagens em Portugal preservar uma posição de charneira no diálogo entre os países do Norte e os do Sul.

Mas convém não esquecer, porque os actos são recentes, o envolvimento e o empenho de políticos e intelectuais brasileiros na invenção da lusofonia, promovendo a fundação de instituições concebidas para dar corpo e movimento à nova ideia, caso do chamado Instituto de S. Luís do Maranhão, da actualmente existente CPLP e do frequentemente anunciado Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instituições cujo evoluir obedece a um paradigma de insucesso.

---

<sup>1</sup> M. Paiva Boléo, *O espaço linguístico português*, Coimbra, 1968, 9.

Na sua versão maximalista, não conheço melhor definição para o conceito que a da socióloga Maria Beatriz Rocha Trindade. Para ela, lusofonia

compreende os falantes da língua, seja ela materna, oficial ou estrangeira; os espaços onde se situam e, por extensão, os eventualmente não lusófonos que os habitem; os países soberanos onde essa língua é predominante e, bem assim, as comunidades minoritárias que se reclamam do Português, ou da correspondente cultura, ou de uma ancestralidade, conhecida ou simplesmente provável, que com Portugal esteja relacionada<sup>2</sup>.

Não discutirei o ecumenismo desta concepção de lusofonia. Interessa-me apenas registar que ela está longe de colher adesão universal entre portugueses. Antes de mais, é sintomático que um historiador como José Mattoso possa ter escrito um livro intitulado *A Identidade Nacional* (Lisboa, 1998) sem sentir necessidade de alguma vez aludir ao conceito de lusofonia. Essa drástica forma de reticência que é o silêncio explica-se, no caso de Mattoso e de muitos modernos historiadores portugueses, pela visão de Portugal como país europeu, cuja expansão extra-europeia e suas consequências não são factores essenciais para o entendimento da nação. Veja-se o reduzido espaço que aos Descobrimentos e à fase colonial é atribuído na *História de Portugal* que Mattoso coordenou.

Aludi, há pouco, a formadores de opinião. Poucos serão hoje em dia mais respeitados em Portugal que Eduardo Lourenço, o qual define lusofonia como

esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso pelos vários continentes onde a língua [dos escritores] se perpetuou essencialmente a *mesma*, para lhe chamarmos ainda portuguesa, e *outra* na modulação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos<sup>3</sup>.

Esta definição pareceria subscrita por lusofonista fervoroso. De facto, ela não põe em causa o papel da língua portuguesa, vista como veículo de comunicação transcontinental, essencialmente intacta apesar de mudanças locais. O que, na visão de Eduardo Lourenço, compromete o funcionamento da lusofonia não é a máquina de cena, mas os actores que nela se movimentam. Mais exactamente, são os discursos culturais de cada um dos países sobre o outro que lhe merecem páginas severas e equitativamente distribuídas:

O discurso cultural brasileiro [...] exprime e faz corpo não só com a pulsão grandiosa e mítica que atravessa a actual realidade brasileira e condiciona as suas perspectivas hegemónicas em todos os domínios, mas também com essa rasura, já antiga, da raiz lusitana donde procede. Mas esse discurso, com o seu ressentimento latente, [...] não é nada como o discurso português sobre o Brasil, discurso onírico e criador do permanente *quid pro quo* das nossas relações com a famosa cultura brasileira a que chamamos irmã por não ousarmos chamá-la filial. O discurso português sobre o Brasil, tal como uma longa tradição retórica e historiográfica recita e reescreve sem cessar, é uma pura alucinação nossa, que o Brasil . pelo menos desde há um século . nem ouve nem entende.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> M.B.Rocha Trindade, "O espaço da Lusofonia: migrações e diálogo intercultural", *Discursos*, 15, 1998, 43.

<sup>3</sup> E. Lourenço, "Imagem e miragem da Lusofonia", *A Nau de Ícaro*, Lisboa, 1999, 174.

<sup>4</sup> E. Lourenço, "Nós e o Brasil: ressentimento e delírio", *op. cit.*, 136-7.

Tudo isto, racionaliza Eduardo Lourenço, faz parte da ordem natural das coisas, não é um drama, mas um afastamento de facto. Por isso, conclui que portugueses e brasileiros

nunca formaremos um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural (nem mesmo acrescentando o contributo dos novos países africanos de expressão portuguesa) capaz de constituir um pólo de influência histórico-política no mundo, como indubitavelmente será o caso dos países de expressão hispânica<sup>5</sup>.

Quando, no Brasil, em Portugal ou em África, respeitados intelectuais se pronunciam deste modo, é caso para perguntarmos que socorro poderá ainda esperar a pulsão unificadora dos nossos povos. Mas esses próprios críticos dão uma resposta surpreendente: põem em questão a lusofonia de diversos pontos de vista . geostratégicos, culturais, históricos ., mas aceitam que ela tem pelo menos um fundamento indiscutível. Constitui, nas palavras de Eduardo Lourenço, uma comunidade que tem como único elo incontornável a língua<sup>6</sup>. O que confere um peso dramático ao que os linguistas tiverem a dizer sobre esse ponto.

### 1.3 Galiza na lusofonia (1998, redacção em bruto)

Não me parece que o modelo da francofonia seja o mais interessante para a situação do português, embora a palavra lusofonia tenha sido obviamente decalcada da palavra francofonia. O modelo inglês parece ser o mais interessante porque o que vemos, olhando para a comunidade dos países de língua oficial portuguesa, é que há também uma polarização entre, por um lado, o Brasil e, por outro, Portugal e os países africanos. De um lado, os países africanos linguística e culturalmente mais próximos de Portugal e, do outro lado, o Brasil. Esta análise implica, mais uma vez, aceitarmos que a lusofonia não é uma entidade homogénea: tem divisões internas, para a exposição das quais vamos agora caminhar.

A bipolarização entre Portugal e Brasil poderia dar para toda uma tarde de conversa, com ajustes de contas, queixas, recriminações: no fundo, é uma história de amor insatisfeita. Uma história digna da nossa poesia trovadoresca, em que há sempre um dos dois que não está, ou que está a olhar para fora, ou que está a ir embora, etc. Mas, resistindo à tentação de ir por esse lado e voltando à actual situação, diria que ela se afigura como sendo composta de massas desequilibradas: de um lado, um país como o Brasil, que é um país jovem, cheio de futuro, com potencial humano e de riqueza para definir os seus modos de vida futuros, sem necessitar de constrangimentos alheios, de ficar preso a alianças, a restrições vindas de fora. É um país que, seguindo os ventos da História, está a olhar para o Pacífico, para os Estados Unidos . e é normal que seja assim. É um país que está a seguir muito os modelos americanos e que se tiver um *boom* económico que seja acompanhado de uma alteração social considerável que acabe com o afastamento entre uma elite e uma enorme massa desafortunada, se conseguir resolver isso, será uma grande potência. E nós, portugueses, só temos que nos congratular com isso. Mas já vai o tempo do Portugal, meu avôzinho. Alguns brasileiros não sabem que Portugal existe. E porque haviam de saber? Porque é que um descendente de

---

<sup>5</sup> E. Lourenço, *Portugal-Brasil: um sonho falso e um único sonhador*, *op. cit.*, 159.

<sup>6</sup> E. Lourenço, *Cultura e lusofonia ou os três anéis*, *op. cit.*, 171.

japoneses ou de italianos que vive numa zona onde não está em contacto com a colónia portuguesa, porque há-de saber que Portugal existe? O Brasil não tem, nem é de exigir que tenha, conhecimento perfeito, actualizado e desmitificado de Portugal. Em contrapartida, Portugal talvez tenha um maior conhecimento do Brasil, mas preconceituoso. Há em muitos portugueses sobrançeria em relação ao Brasil, há a velha ideia de que os brasileiros não falam como seria de desejar a nossa língua, quando, nunca é demais recordá-lo, do ponto de vista fonético, as vogais deles são as vogais de Camões. Nós é que mudámos.

Há, portanto, alguns equívocos entre o Brasil e Portugal que mereciam ser actualizados, alguns deles mereciam ser evitados. Toda a questão ortográfica deveria ter sido evitada. Não conduziu a nada, a não ser dar a muitos de nós oportunidade de dizer o que nos vem à cabeça pela primeira vez, coisas desagradáveis em relação ao Brasil. Quando, afinal de contas, havia coisas mais interessantes a fazer entre Portugal e o Brasil do que um acordo ortográfico problemático. Não se consegue criar um Instituto de Terminologia luso-brasileiro que garanta que os novos produtos, os novos conceitos técnicos e científicos recebam a mesma designação no português de Portugal e do Brasil. Ou seja, que a produção de neologismos seja feita de uma forma harmoniosa e negociada entre os dois países.

Esta questão do Brasil *versus* Portugal, que é essencial para aceitarmos ou não a existência de uma homogeneidade lusófona, esta questão seria facilmente resolvida a favor da lusofonia se toda a gente estivesse de acordo em que a língua é a mesma nos dois países. Em situações destas é costume perguntar aos peritos o que acham. Como é típico dos linguistas, ou melhor, como é típico dos peritos, não estão de acordo uns com os outros. Há uma posição moderadamente conservadora, tanto no Brasil como em Portugal, que tem a sua formulação mais feliz, porque menos apaixonada, em Celso Cunha. Encontra-se essa formulação, por exemplo, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, que escreveu com Lindley Cintra, e em muitos outros lugares (especialmente em *Política e Cultura do Idioma*, de 1979). É esta: em Portugal e Brasil há uma só língua, um sistema linguístico com forte variação dialectal interna . uma variação própria de Portugal, outra própria do Brasil . , a essa variação correspondendo, em cada um dos estados, uma variante culta nacional, uma espécie de padrão. As duas variantes cultas nacionais, a brasileira e a portuguesa, têm uma em relação à outra estatutos equivalentes, mas não se confundem. Não se manifestam apenas na oralidade, manifestam-se também na escrita. Essas variantes nacionais são, digamos assim, a forma de as classes cultas, alfabetizadas e educadas, se exprimirem nos dois países, quer em situação coloquial, quer na escrita, literária ou não. A nível nacional, elas têm, assim, um papel unificador, pois se manifestam, com maior ou menor intensidade, no discurso de qualquer falante culto do país, independentemente do dialecto em que nasceu. Por outro lado, encaixam-se ambas dentro de um único sistema linguístico português, que, esse sim, é comum aos dois países. Esta formulação do problema tem a vantagem de arredar a ideia de que uma variante nacional possa ser superior, mais culta, mais perfeita do que a outra. Concretamente, ela não apoia a suposição de que um brasileiro falará tanto melhor quanto mais se aproximar do modelo do português europeu.

Esta descrição é facilmente extensível à África, com a reserva de neste momento não ser visível em nenhum país africano uma variante nacional própria, mas é de esperar que com o tempo se desenvolva em alguns dos países, pelo menos, essa variante nacional.

Nesta ordem de pensamento, há que recordar o contributo de Lindley Cintra, que incluiu uma outra variante nacional: a galega. Para ele, a forma de compatibilizar as

relações do galego moderno com o português era considerar que o sistema linguístico é o mesmo e que na Galiza se está a desenvolver uma variante nacional. É certo que tal ideia não agrada a nenhum galego, uns porque acham pouco, outros porque acham de mais. Como se sabe, na Galiza há duas correntes de opinião em relação à sua própria língua: uma é a de que o galego é uma língua românica, autónoma em relação ao castelhano e em relação ao português. Outra corrente, muito menos numerosa mas bastante mais vocal, diz que o galego moderno, tal como o galego medieval, faz parte integrante do sistema do português e deve subordinar-se à variante culta portuguesa. Aprecie-se que esta proposta é bastante mais integrante que a de Lindley Cintra; os seus defensores são os únicos cidadãos que conheço que usam as regras do Novo Acordo Ortográfico, que mais ninguém aplica. Em minha opinião, é difícil defender a manutenção da unidade entre o galego e o português como se ela nunca tivesse deixado de existir, pois há um facto histórico que não se pode contornar: no século XV, a classe dirigente galega, do clero e da nobreza, foi erradicada da Galiza e substituída por hierarquias castelhanas. Quando Nebrija dizia: «a língua é a companheira do império», talvez pensasse no Novo Mundo, mas, na realidade, a fórmula aplicava-se também ao interior da Península Ibérica, onde o império castelhano se estava a firmar em Galiza e em Catalunha e impunha a sua língua como arma imperial. Ainda neste século, pouco antes do franquismo, as crianças galegas que usassem a sua língua materna nas escolas primárias eram castigadas porque «não falavam a língua do império». O caso do galego, depois dessa decapitação medieval, foi infelizmente o caso de uma língua que fica reduzida a um estatuto de menoridade, como língua apenas oral. Quem escrevia tinha de o fazer em castelhano, quem quisesse falar em registo culto tinha de falar castelhano. O galego ficou isolado e só nos últimos cento e tal anos é que tem vindo a ressurgir e a ressurgir muito bem, com uma literatura pujante, que nada tem a ver com as soluções portuguesas. Querer reaproximar galego e português neste momento, para lá das aproximações legítimas entre duas línguas extremamente semelhantes, que permitem a intercomunicação oral e que gozam de contiguidade territorial, pode ser caminhar ao reverso da História. E não é, em última análise, um problema em que os portugueses devam interferir.

Mas regressemos à questão das relações linguísticas entre Portugal e Brasil. Já vimos que a opinião dos linguistas conservadores é a de que o português constitui um sistema único, com duas variantes nacionais. Mas tanto no Brasil como em Portugal existem grupos importantes de linguistas, que praticam disciplinas modernas como a sociolinguística e a linguística teórica e que não concordam com isto. Pelo contrário, afirmam que entre Portugal e o Brasil as diferenças de estrutura linguística estão tão avançadas que já é possível falar de duas línguas com gramáticas diferentes. E a tónica é posta em «gramática», neste sentido: se as estruturas gramaticais de base são diferentes, a língua não é a mesma. Mesmo que a intercomunicação exista, para o que basta que a fonologia e o léxico não sejam muito diferentes, se as estruturas de base estiverem bastante distanciadas então a língua, entendida no sentido que os linguistas lhe dão, não será a mesma. Este distanciamento vem de longe. Quando lemos certos manuais escolares do final do século XVIII, feitos no Brasil, vemos que os mestres se preocupam em corrigir erros que são nem mais nem menos do que marcas constantes do falar brasileiro de hoje. Mas, hoje em dia, para lá das evidentes diferenças que há no léxico (já aludi, por exemplo, à terminologia científico-técnica que está perfeitamente divorciada nos dois países) e das diferenças fonológicas, nos últimos anos tem sido dada muita atenção a aspectos da morfologia e da sintaxe. Aí é que bate mais fundo, porque aí é que estamos a falar realmente dos alicerces de um sistema linguístico. Dou apenas dois exemplos. Um deles, todos o conhecemos. A

língua portuguesa em Portugal usa os pronomes pessoais da terceira pessoa em forma átona (%Eu conheci-o+) enquanto o brasileiro usa o pronome tónico (%Eu conheci e/ele+). Questões como estas são irreversíveis. Mas há outros tipos de diferenças sintácticas, como este, estudado por Inês Duarte e Isabel Faria: um brasileiro culto aceita uma frase como %Esse carro furou o pneu+, %Esse rádio estragou o ponteiro+. Um português dirá %O pneu do carro furou-se+, %O ponteiro do rádio estragou-se+. Bom, este contraste na aceitação de frases por parte de praticantes da variante culta dos dois lados permite que a tipologia linguística classifique o português do Brasil como uma língua com preeminência do tópico . %Esse rádio+ ou %Esse pneu+ não são os sujeitos da acção, mas aquilo que é mais importante, o que se chama um tópico . enquanto o português de Portugal continua a ser uma língua com preeminência do sujeito. Isto é um tipo de diferença estrutural muito funda e é evidentemente irreversível. Não há escola que faça isto andar para trás.

## 2. FORÇAS CENTRÍPETAS E CENTRÍFUGAS

não surpreende a conclusão a que Nicholas Ostler chega, em livro recente<sup>1</sup>: a importância actual da língua portuguesa, no plano mundial, deve mais ao desenvolvimento económico e populacional do Brasil que à expansão portuguesa. O que coloca um dilema interessante a Portugal: apostar na unidade de uma língua propulsionada a partir do Brasil ou preservar a sua autonomia e especificidade num quadro de desintegração do sistema linguístico?

Estão em movimento, há bastante tempo, forças que procuram, mais ou menos conscientemente, promover uma ou outra das saídas que este dilema oferece. Podem ser identificados, através de manifestações de variada natureza, dois modos típicos e claramente distanciados de reacção: uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa*, que se disputam no espaço da língua portuguesa.

### 2.1 Portugal

Polémica ortográfica e xenofobia

### 2.2 Brasil

Ensimesmamento da opinião pública.

Nacionalismo e anti-europeísmo nas posições de linguistas

### 2.3. África

- Moçambique é o país africano cuja situação linguística é mais bem conhecida, por ter apoio em estatísticas nacionais e na monitorização de linguistas. No que respeita ao jogo entre forças centrípetas e centrífugas, Moçambique oferece evidências interessantes nos dois sentidos, parecendo que o problema de resolução mais urgente é a falta de uma norma culta.

O Português de Moçambique (**em bruto**)

(**Newsletter Instituto Camões, Número 123** . 12 de Março de 2008 .  
Suplemento do **JL** n.º 977, ano XXVIII)

O ano de 2008 deverá trazer os dados preliminares sobre o panorama da evolução da difusão da Língua Portuguesa em Moçambique, de acordo com os resultados do III Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado entre 1 e 15 de Agosto de 2007, dez anos depois de o II Recenseamento ter mostrado uma progressão significativa da difusão do Português naquele país da costa oriental de África.

De 1980, data do I Recenseamento, a 1997, o número de falantes da Língua Portuguesa passou de 25 para 39% num país que esteve em guerra entre 1977 e 1992, quando nesta última data foi assinado o Acordo de Paz de Roma entre o Governo do Partido Frelimo e o movimento de guerrilha da Renamo.

Em 1980, a percentagem daqueles que tinham o Português como língua materna não ultrapassava 1,2%. Volvidos 17 anos eram já 6% da população.

Na altura da independência, em 1975, os falantes de português não representavam 10% da população moçambicana, percentagem que subiria em flecha com as políticas de escolarização exclusiva em Português e de alfabetização, com grande dinamismo nos primeiros anos de vida do novo Estado.

Esta política foi consequência da decisão de tornar constitucionalmente oficial a Língua Portuguesa, «dada a história do seu uso em Moçambique, o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida para o país», segundo Gregório Firmino, professor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e autor do estudo de referência do INE moçambicano sobre os dados do recenseamento de 1997, intitulado *Situação Linguística de Moçambique* (2000).

A língua materna da esmagadora maioria da população é do grupo *bantu* (93%), mas esta pertença comum não impede que aos moçambicanos seja tão difícil entenderem-se entre si nas línguas nacionais como o é entre falantes do grupo de línguas indo-europeias a que o Português pertence.

É um país que, segundo Armando Jorge Lopes, actual director da Faculdade Letras e Ciências Sociais da UEM, apresenta «grande diversidade linguística», porque menos de 50% da população fala a mesma língua, uma situação existente em 25 de 58 países africanos. O censo de 1997 mostra que as cinco línguas nacionais usadas com mais frequência (Emakhuwa, Xichangana, Elomwe, Cisena e Echuwabo) representam 58% da população e apenas as duas primeiras ultrapassavam os 10%. Acresce que várias das línguas nacionais de Moçambique têm importantes comunidades de falantes nos países limítrofes, com a excepção da principal delas, o Emakhuwa, falado na metade norte do país.

Esta situação ditou a adopção do Português, já extensamente usada entre as elites dirigentes independentistas, como língua franca oficial e língua de "unidade nacional". A Língua Portuguesa foi vista pelo Estado moçambicano como um instrumento para favorecer o processo de unidade nacional, criando uma identidade moçambicana

Seria de esperar que este processo "moçambicanizasse" a língua oficial, como dá conta um documento governamental sobre política linguística, de 1983, em que se defendia a "moçambicanização" do Português falado em Moçambique «na sua estrutura, no seu léxico, na sua pronúncia, no seu ritmo, na sua musicalidade».

Contudo, segundo refere Perpétua Gonçalves, professora da UEM, quando a "nativização" do Português ultrapassou a inovação lexical e a pronúncia "africanizada", para entrar nas frequentes inovações gramaticais, as elites, que tinham em mente o modelo brasileiro, reagiram mal e rejeitaram-nas como "ilegítimas".

Paradoxalmente, o que daqui resultou, segundo a docente da UEM, não foi o orgulho de falar um Português diferente, moçambicano - algumas inovações lexicais perderam-se mesmo entretanto -, «mas sim a vontade de 'falar bem' Português, isto é, uma vontade de alcançar uma convergência com as regras do Português Europeu».

As mudanças mais significativas verificadas no Português de Moçambique «decorrem naturalmente' da aquisição do Português como língua não-materna, num contexto em que os aprendentes não têm, em geral, acesso à norma nativa europeia, tomada como alvo, nem em ambiente natural nem através da instrução formal».

Um estudo realizado em 1999 sobre o discurso oral de residentes em Maputo mostrou que «90% dos desvios [à norma europeia do Português] diziam respeito à área gramatical e, em contraste com as inovações lexicais, que apenas representavam 10%», segundo Perpétua Gonçalves.

Atendendo a que a maior parte dos falantes de Português não domina a norma europeia, o que provoca problemas no campo educativo, estudiosos e investigadores têm debatido sobre a adopção de um «padrão moçambicano» para a Língua Portuguesa, «com base no discurso das pessoas instruídas». Só que essa opção, coloca também problemas específicos, como nota Perpétua Gonçalves, porque a variante culta está longe de se encontrar estabilizada.

### **Jovem, urbano e falante de Português**

O retrato do falante tipo de Língua Portuguesa em Moçambique é homem, jovem e vive em meio urbano. Isto é verdade tanto para a reduzida minoria que tem o Português como língua materna, como para os que têm o Português como língua segunda (33% da população).

Noventa por cento dos que têm a Língua Portuguesa como língua materna vivem em meio urbano. No meio rural «há pouca motivação e poucas situações em que é necessário usar o Português, por isso o número de falantes diminui consideravelmente», considera Perpétua Gonçalves.

Com efeito, «a predominância do número de falantes de Português nas cidades prende-se sobretudo com razões económico-sociais, nomeadamente o facto de o conhecimento desta língua constituir uma condição mínima para o acesso ao emprego», sustenta ainda a professora.

Para os que têm o Português como língua materna, o censo de 1997 indica que a sua «maior proporção [...] situa-se na faixa etária dos 10-20 anos» (9%), indica o professor Gregório Firmino.

Para Perpétua Gonçalves o facto de a percentagem de falantes que tem o Português como língua materna estar concentrada nas faixas etárias com menos de 35 anos resulta da data da independência nacional, que constituiu «um marco importante na promoção social e consequente prestígio desta língua em Moçambique»

Entre os recenseados com 50 anos ou mais, «o conhecimento da Língua Portuguesa é proporcionalmente insignificante», isto apesar de essa faixa etária ser composta por pessoas que viveram mais longamente sob a administração colonial portuguesa.

Ou seja, o Moçambique independente, ao ter feito da Língua Portuguesa a «língua oficial» do país fez mais - pelo seu uso obrigatório na administração e pela sua política de escolarização de massas - pela sua difusão do que a anterior administração colonial portuguesa.

## **3. ORTOGRAFIA COMO SÍMBOLO**

A ortografia tem sido o instrumento preferido no combate entre estas pulsões antagónicas. É compreensível: as convenções ortográficas são mais obedientes ao legislador e ao normalizador que os factos duros de uma língua em deriva. Nas sociedades preocupadas com a alfabetização de massas, a ortografia é um requisito indispensável da escolarização. Numa cultura em que a língua escrita predomine sobre a língua falada, a ortografia é um título de autoridade.

Assim, acontece que a pulsão unificadora do português atingiu o zénite com a assinatura do Acordo Ortográfico luso-brasileiro de 1945, que aspirava a reunificar através de uma ortografia comum as variantes nacionais em todas as suas manifestações, incluindo mesmo as lexicais, sintácticas e fonológicas. Se recordarmos que então tanto o Brasil como Portugal viviam sob ditaduras, teremos menos dificuldade em compreender o voluntarismo de tão irrealizável projecto. Do mesmo

modo, o zénite da pulsão separativa situou-se na recusa brasileira de aderir ao mesmo Acordo de 1945, após debate interno de grande vivacidade, como sempre acontece no domínio ortográfico. Assim, o Brasil manteve a sua ortografia própria, convencionada em 1943, enquanto Portugal e as colónias, hoje estados independentes, adoptavam a nova ortografia. Esta divisão do espaço da língua portuguesa entre dois códigos ortográficos mantém-se em vigor até hoje, mas está longe de ser uma novidade criada em 1945. Na verdade, os desentendimentos entre Portugal e o Brasil por causa da ortografia tinham, já então, uma história bastante longa e que só telegraficamente merece ser contada<sup>ii</sup>.

11. Na segunda metade do séc. XIX, surgiram em Portugal as primeiras propostas de reforma ortográfica, destinada a substituir variadas soluções etimologizantes por uma escrita simplificada e de representação fónica. O pioneiro foi J. Barboza Leão, mas os principais adeptos da ortografia fónica foram Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que a usou na sua edição do *Cancioneiro da Ajuda* (Halle, 1904), e A. R. Gonçalves Viana, que no mesmo ano publica *Ortografia Nacional. Simplificação e Unificação Sistemática das Ortografias Portuguesas*. A Academia não apoiou estas iniciativas privadas. Por seu lado, a Academia Brasileira de Letras aprovou em 1907 uma ortografia que diverge em alguns pontos da de Gonçalves Viana. Instaurada a República em Portugal em 1910, o governo encarregou uma comissão de filólogos (não a Academia) de definir uma ortografia, que resultou em versão atenuada das propostas de Gonçalves Viana, relator da comissão, conservando grafias justificadas pela etimologia e pelo uso ao lado das motivadas fonicamente. Aprovada como ortografia oficial em 1911, causou desagrado no Brasil por ser uma iniciativa unilateral. Inicia-se então uma longa série de encontros e desencontros das duas academias, que em 1931 chegam a um acordo que admite a possibilidade de, em certos casos, vigorarem grafias diferentes nos dois países, mas este acordo não é duradouramente aplicado em qualquer deles. Uma Convenção Ortográfica é assinada pelos dois governos em 1943, que confirma o acordo de 1931. Em 1945, realiza-se uma Conferência Inter-Académica, que aprova um novo e diferente acordo. É este que é adoptado em Portugal até aos dias de hoje, enquanto o Brasil o rejeita por demasiado lusitanizante, mantendo-se fiel ao de 1943. Segue-se um longo intervalo, apenas interrompido em 1971 por um mínimo acordo sobre acentuação, que Portugal cumpriu e o Brasil não. A entrada em cena em 1975 dos novos países de língua oficial portuguesa, após a descolonização, não alterou este estado de coisas, pois em todos se manteve o uso da ortografia de 1945, comum a Portugal. Em 1985, reúnem-se de novo as duas academias, agora com representantes dos outros países, e aprovam uma ortografia fortemente unificadora, muito inovadora e com algumas deficiências técnicas, que a opinião pública clamorosamente rejeitou em Portugal por abrasileirada. Seguem-se duas novas versões, a última das quais é aprovada em 1990 pelas academias e pelos governos. Corrigidas as imperfeições e abandonadas as pretensões unificadoras, ela assenta num princípio de flexibilidade que define grafias duplas para os casos de irreversível divergência morfofonológica. Este princípio, projectado num futuro povoado por três ou quatro variantes nacionais, não poderá deixar de admitir uma multiplicidade de grafias, mesmo regionais, e permite perguntar que papel caberá ao prefixo *orto-* nas grafias assim autorizadas.

12. As principais inovações do acordo de 1990 situam-se em quatro áreas:

a) *consoantes mudas* (conservam-se quando são pronunciadas em todo o espaço geográfico da língua portuguesa: *ficção, pacto, adepto, núpcias*; suprimem-se quando não são proferidas em nenhuma das normas cultas: *ação, afetivo, direção, adoção, ótimo*; têm dupla grafia nos casos de pronúncia dupla: *facto, receção* em Portugal contra *fato, recepção* no Brasil);

b) *acentuação gráfica* (têm dupla grafia as vogais seguidas de *m* e de *n*, nas proparoxítonas e paroxítonas: *cómodo, efêmero, fenómeno, gênio, ténis* em Portugal, contra *cômodo, efêmero, fenômeno, gênio, ténis* no Brasil, bem como as vogais finais nas oxítonas: *bebé, cocó* em Portugal, contra *bebê, cocô* no Brasil);

c) *hifenação*, que é reduzida (entre prefixo terminado por vogal e palavra começada por *r* ou *s*, o hífen é substituído pela duplicação da consoante: *contrarregra, infrassom*, e deixa de se usar na flexão de *há de, hão de*);

d) *alfabeto*, que passa a acolher três novas letras: *k, w, y*.

Esta ortografia de 1990, apesar de aprovada por todos os países, não foi aplicada em nenhum. Muito recentemente, o Brasil manifestou o desejo de a ressuscitar, com o apoio de Cabo Verde. Foi abandonada a condição prévia, e absolutamente lógica, de que a entrada em vigor de uma ortografia que se pretende «única» teria de ser aprovada pela unanimidade dos países de língua portuguesa; agora, basta a assinatura de três países. Neste momento (2007), o governo português prepara-se para se tornar o terceiro país signatário. Mas, consciente de que o resultado não seria a implantação de uma ortografia única para o português, e sim a manutenção de duas (Brasil, Portugal e Cabo Verde de um lado, restantes países do outro), prevê-se uma moratória de dez anos antes da entrada em vigor definitiva da nova ortografia. Muitas coisas podem mudar nesse tempo, entre elas os governos actuais.

### 3.1 Situação presente (Março-Maio 2008)

Aprovação por Portugal do acordo de 1990. Relações com Brasil e África. Reacções isolacionistas. Perspectivas de aplicação do acordo: oficialização de subnormas variantes, abandono de esperanças reunificadoras.

## 4. RESPOSTAS LINGUÍSTICAS

### 4.1. PE/PB

(2000)

E que dizem os linguistas sobre a unidade da língua portuguesa? Como no poema de Pessoa . que, não esqueçamos, era linguista aos fins de semana . , eles preferem acreditar na variedade da língua portuguesa. Mais ainda, os consideráveis avanços que a linguística do português alcançou nas últimas décadas têm servido para enraizar a convicção de que existem entre o português de Portugal e o português do Brasil clivagens suficientes ao nível das estruturas gramaticais para que se possa falar de *gramáticas* ou *línguas internas* diferentes, na formulação de Charlotte Galves <sup>7</sup>. Essa constatação, fornecida principalmente pelo exame da sintaxe, não encontra senão corroboração nas análises efectuadas a outros níveis, como o fonológico ou o lexical. E o historiador da língua não acha motivos para que a língua portuguesa, repartida por territórios descontínuos habitados por sociedades alheadas umas das outras, escape a uma fragmentação que nem o latim evitou nas terras planas europeias.

Robert Burchfield disse que, daqui a um século, as línguas da Inglaterra e dos Estados Unidos serão tão diferentes entre si como o italiano e o francês o são hoje<sup>8</sup>. Parece-me exagero, vindo do autor do Suplemento (1972-1987) ao *Oxford English Dictionary*, que serve de coluna vertebral à língua inglesa. Mas a ideia não ficou solteira: o próprio *OED* não hesitou em reproduzir-se em versões especiais para o inglês canadiano ou para o inglês australiano. E Tom McArthur acaba de dedicar um

<sup>7</sup> Charlotte Galves, 1998: A gramática do português brasileiro, *Línguas e Instrumentos Críticos*, Campinas, nº 1, Jan-Junho.

<sup>8</sup> Citado por Randolph Quirk, *English in the World*, Cambridge, 1985, 3.

livro intitulado *The English Languages* a esse complexo chamado Inglês, que] é imensamente diversificado . provavelmente mais que qualquer outra língua jamais o foi . e está a caminho de o ser ainda mais no próximo século, o que levanta a questão de saber se o inglês pode ser considerado como uma família de línguas, à imagem das línguas românicas<sup>9</sup>. O pragmatismo anglo-saxónico causa inveja: em vez de causas sem esperança, como a Lusofonia, ou de pessimismos perante a morte anunciada de línguas, transformam em objecto de ciência (e em produto de exportação) o comportamento inelutável da sua língua no espaço e no tempo.

É com o inglês que, creio, mais vale a pena comparar a situação do português. Em ambos os casos, a antiga metrópole tem um peso mundial muito inferior à antiga colónia americana e não é encarada por esta como modelo; além disso, o padrão linguístico europeu de ambas as línguas está singularmente desprovido de mecanismos que assegurem a sua aceitação do outro lado do Atlântico. O inglês britânico confia ao dicionário de Oxford a função normativa em matéria lexical e ortográfica, à BBC a pronúncia e às escolas públicas, transmissoras da tradição gramatical setecentista<sup>10</sup>, tudo o resto. O português europeu tem ortografia oficial, que desde 1911 tenta partilhar sem sucesso com o Brasil, mas não tem dicionário nem pronúncia %acebida+. A Inglaterra não tem Academia, Portugal tem mas é como se não tivesse, de modo que em ambos os países compete às universidades estudar a língua e preocupar-se com o seu comportamento.

Muito diferente é a relação da França com as antigas colónias, nenhuma das quais tem dimensão suficiente para se libertar da rede da Francofonia, que é de facto um instrumento do domínio francês. A codificação da língua é forte e servida por instituições antigas e centralizadoras. A probabilidade de várias línguas francesas brotarem pelo mundo fora é tão baixa como a de o basco, o bretão e o provençal virem a ganhar em França um estatuto de autonomia comparável ao das línguas nacionais em Espanha. Quanto a esta, a Academia Espanhola, com os seus exemplares dicionário, gramática e ortografia, modernamente acolitada pelo Instituto Cervantes, tem sabido manter um papel influente no desenvolvimento mundial da língua espanhola. Por ver está se o crescimento em flecha do espanhol nos Estados Unidos não escapará a essa influência.

Como resultado destes diferentes modelos de relacionamento dentro de um complexo linguístico internacional, temos que os padrões europeus são mais respeitados nos países não europeus onde a língua oficial é a francesa ou a espanhola do que nos de língua oficial inglesa ou portuguesa. O que significa que as pulsões separativas têm no complexo português, tal como no inglês, maior oportunidade de conduzir a produtos linguísticos que, talvez não dentro de um século mas seguramente antes das comemorações dos 1000 anos de Brasil (ou dos 500 de Angola e Moçambique), sejam vistos, por dentro e por fora, como línguas autónomas, aparentadas geneticamente, consentindo razoável intercompreensão, mas pertencendo a sociedades que só terão contacto através da cultura dos media, se e como estes quiserem; línguas baseadas em gramáticas distintas e com a sua variedade interna organizada em torno de normas padrão próprias<sup>11</sup>, que lhes servem também de face externa.

---

<sup>9</sup> "...the complex called 'English' is immensely diverse ó probably more diverse than any single language has ever been ó and is likely to become even more so in the next century. This book [...] addresses the question of whether or not English can be considered a family of languages in its own right, like the Romance languages": Tom McArthur, *The English Languages*, Cambridge, 1998, iii.

<sup>10</sup> H.H.Hock-B.D.Joseph, *Language History, Language Change and Language Relationship*, Berlin-N. York, 1996, 197-202.

<sup>11</sup> Quando falo de *padrão* refiro-me, evidentemente, a uma norma standard escrita e oral, resultante da emergência de dialectos (p. ex., de Londres, Paris, Toledo ou Lisboa), de koinés (como o grego alexandrino ou o swahili) ou de línguas literárias (caso do alemão e do italiano): Hock-Joseph, 331. O termo "norma culta" talvez não corresponda à realidade das sociedades modernas, a menos que se aceite um conceito de cultura em que a agrafia e a iliteracia dominam.

Alguns dirão que este não é o futuro da língua portuguesa, pois já é o seu presente. Simples dúvida quanto ao timing de um processo cujos resultados finais estão garantidos. Convém ter presente, no entanto, que para se reconhecer a emergência de uma nova língua não basta que a sua estrutura gramatical tenha sofrido distanciamentos tipológicos radicais, mas só observáveis ao microscópio, nem basta que os membros de uma sociedade achem que a sua língua é única: algumas tribos norte-americanas reservavam a si a categoria de seres humanos; alguns brasileiros, dizem-me, não sabem que se fala português fora do Brasil; em qualquer aldeia de Trás-os-Montes nos explicarão que os povos vizinhos não sabem falar bem o português. Uma nova língua precisa tanto de auto-reconhecimento como de um comparativismo empírico que lhe assegure o reconhecimento externo. É possível que os modernos circuitos da informação permitam que essas tomadas de consciência se processem muito depressa, sem as habituais demoras de gerações ou séculos. Receio mesmo que mudanças súbitas da atitude colectiva estejam ao alcance de um punhado de políticos, âncoras de TV, celebridades, algum intelectual muito escutado, grupos de pressão bem pensantes e outros guerrilheiros mediáticos. Em quadro de tamanha labilidade, o papel orientador dos linguistas pode ser decisivo.

5. Vejamos, em rápida passagem historiográfica, qual tem sido o posicionamento dos linguistas face a este problema. A linguística portuguesa e brasileira das últimas décadas tem sentido dificuldade em reconhecer na língua comum aquela unidade que Paiva Boléo defendia, mas implicitamente reconhecia não estar lá. Celso Cunha inspirou-se em categorias coserianas para descrever o português como um sistema linguístico unitário que albergava duas variantes nacionais, encaradas como normas cultas<sup>12</sup>. Lindley Cintra acrescentou-lhe uma terceira variante nacional em formação, o galego, corrigindo assim posições anteriores em que tendia a vê-lo como mero grupo de dialectos do português<sup>13</sup>. E ambos os linguistas se juntaram para abrir as portas da sua gramática normativa à língua dos escritores africanos, aceno na direcção de variantes nacionais por definir. Em todo o caso, o modelo Cunha-Cintra, pela sua admissão de uma unidade superior do idioma, inscrevia-se no paradigma unificador; ambos assistiram ainda aos inícios da lusofonia e não parece terem desgostado.

Quer-me parecer que, se tivessem conhecido as ideias de Zdzisław Muljačić sobre a formação de línguas por distanciamento (Abstandsprache) e por elaboração (Ausbausprache)<sup>14</sup>, que no nosso meio só começaram a ser divulgadas através da bibliografia galega<sup>15</sup>, tanto Celso Cunha como Lindley Cintra as teriam adoptado sem reservas de maior, assim transitando de uma atitude unificadora para uma separativista. De facto, aquelas ideias permitem uma confortável visão do português como um diassistema que começou por ser língua distanciada do leonês e castelhano, seus vizinhos no quadro ibero-românico primitivo, e que provavelmente não teria passado disso se se tivesse confinado ao espaço europeu. Em momentos e locais diversos, esse diassistema desenvolveu standards diversos através de processos elaborativos tais como hierarquização de dialectos em torno de um que sobressai por motivos extra-linguísticos, aliança a uma língua literária e a uma sede de poder, xenofobia dirigida<sup>16</sup> que fecha o standard a alguns contactos e o mantém aberto a outros, etc.

<sup>12</sup> Celso Cunha, «Política e cultura do idioma», *Língua, nação e alienação*, Rio de Janeiro, 1981, 15-18.

<sup>13</sup> «Au-dessus des dialectes galiciens on reconnaît une «norme», encore en voie de fixation, norme qui, comme la brésilienne, s'éloigne de la portugaise sous plusieurs aspects», L.F. Lindley Cintra, «Présence et problématique actuelle de la langue portugaise dans le monde», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, XIX, 1983, 211.

<sup>14</sup> Por ex., Zdzisław Muljačić, «Norma e standard», *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, ed. Holtus, Metzeltin, Schmitt, IV, Tübingen, 1988, 286-305.

<sup>15</sup> P. ex. Francisco Fernández Rei, «Posición do Galego entre as linguas románicas», *Verba*, 15, 1988, 79-107.

<sup>16</sup> «Standardización de linguas románicas baixo presión: unha proposta tipolóxica», *Estudios de Sociolingüística Románica*, ed. Fernández Rei-Santamarina, Santiago de Compostela, 1999, 19.

Um standard assim formado constitui uma língua por elaboração. A primeira delas formou-se em torno de Lisboa e dos dialectos meridionais a partir da crise linguística do português médio (séc. XV); dirigiu-se contra o português antigo de raiz galega e minhota, serviu de instrumento à literatura portuguesa (incluindo a colonial) durante o período clássico, serviu ainda de metalinguagem à descrição e normatização do português, iniciada no Renascimento, e é hoje aquilo a que chamamos português europeu (PE).

A segunda língua por elaboração desenvolveu-se no Brasil a partir do dialecto do Rio de Janeiro, a única cidade colonial que foi, fugazmente, capital de um império europeu. A cronologia, as fontes de contacto e os contornos dessa elaboração constituem, se não me engano, uma das grandes ocupações da actual linguística do português. Não corro risco de errar se disser que consiste na elaboração de um standard brasileiro que mais ou menos conscientemente se define por contraste com o europeu. Como as línguas por elaboração podem passar a línguas por distanciamento quando há rupturas de comunicação dentro do diassistema e quando se perde a consciência de que as semelhanças valem mais que as diferenças, existe a possibilidade de o português brasileiro (PB) vir a ser, ou já ser, uma *Abstandsprache*. Mas atenção: se as várias línguas portuguesas de elaboração se tornarem em línguas distanciadas, cessará a sua condição de internacionais. Assim, e por exemplo, o Brasil terá uma grande língua de consumo interno: uma língua nacional falada por milhões e milhões de pessoas, todas brasileiras, tal e qual o mandarim, falado por biliões, todos chineses. Não creio, no entanto, que esse cenário esteja próximo: nem as actuais condições sociais e culturais bastam para isso, nem as clivagens tipológicas da língua interna deixaram as paredes do laboratório. Trata-se, de qualquer forma, de uma situação sem paralelo no quadro românico e monitorá-la atentamente será do maior interesse metodológico e conceptual.

A respeito do processo de elaboração do PB, contarei um breve episódio. Há meses, para uma homenagem à Prof. Cleonice Berardinelli, tive de examinar a língua dos seus escritos; pretendia encontrar marcas da norma culta brasileira saídas das mãos de uma grande especialista da literatura portuguesa. Já adiantado na pesquisa e devo confessar que só encontrava marcas de lusitanidade no seu léxico e na sua frase: por ex., eram abundantes os pronomes átonos, com frequência e colocação dignas do PE. Só quando cheguei a alguns textos de palestras proferidas no Brasil, e que tinham sido publicados sem revisão sua, é que encontrei casos de posposição como *Brás também se admira de ouvi-lo* ou *...que, por fim, mostraram-se eficientes*, casos reveladores de que a língua escrita de Berardinelli tem duas normas, uma para consumo oral nacional e outra para leitura universal. A ambas teremos de chamar norma culta, mas a segunda é sem dúvida a norma culta do PE, que Cleonice cultivava como poucos; a primeira, obtida ~~em~~ <sup>sem</sup> revisões, é que corresponderá mais propriamente à norma culta do PB. Será essa língua de escritores a mesma coisa que o standard brasileiro? Não deverá este ser procurado a outras altitudes diastráticas, eventualmente mais chegadas à terra?

A terceira língua por elaboração é o galego, que sente necessidade de se definir frente ao castelhano (de que já era uma *Abstandsprache*) e ao português, a cujo diassistema pertence, como evidencia o continuum dialectal que vai da Corunha a Faro. A ilusão reintegracionista é a versão galega da lusofonia e terá o mesmo destino que esta. Como se trata de um processo dos nossos dias, a elaboração galega é aquela em que os linguistas desempenham um papel mais importante, quer no seu acompanhamento e descrição, quer no planeamento; para isso contribui também o facto de existir na Galiza um amplo consenso entre os linguistas, e entre estes e as instituições, quanto aos problemas e suas soluções.

A quarta língua por elaboração será, com toda a probabilidade, o português moçambicano, que também já conta com um punhado de valerosos linguistas à espreita, e a lógica manda que também venha a haver um português angolano. Mas teremos de aguardar para ver.

Difícilmente se compatibilizaria com o modelo de Celso Cunha e Lindley Cintra o advento das linguísticas teórica e variacionista, as quais, no Brasil, rapidamente convergiram sobre a identificação das marcas privativamente brasileiras da língua, com resultados muito importantes que hoje estamos em condições de apreciar. O advento da linguística moderna em Portugal foi diferente: a gramática generativa entrou pela fonologia enquanto a sociolinguística nunca chegou a implantar-se. De modo que os primeiros embates se deram em solo brasileiro e, por força disso e do programa, podem ter assumido algum aspecto de querela de linguística nova *versus* linguística velha, e não sei mesmo se de linguística brasileira *versus* linguística portuguesa. Sou deliberadamente vago ao referir este período do passado recente, não por diplomacia<sup>17</sup> mas por achar que ele merece um tratamento historiográfico completo, independente e informado, que não estou em condições de tentar. Seria ideal um tratamento segundo o modelo da Historiografia da Linguística proposto por E.F.K.Koerner, que incorpora na análise da produção científica de uma época a própria matéria da investigação, os compromissos e pressupostos metodológicos, teóricos e ideológicos dos cientistas, as tendências pluridisciplinares dominantes e, de modo geral, o clima de opinião+da época<sup>18</sup>.

A dispersão do português em várias línguas não precisa de ser acompanhada pelo divórcio dos seus linguistas. Pelo contrário, esse português plurilingue+reclama uma cada vez maior consonância e cooperação entre os cientistas dos vários países e, como é natural mas não automático, a manutenção do português como metalíngua da sua actividade. Por isso, uma historiografia contextualizadora pode ser muito útil para que se entenda não só o que dizem os linguistas, mas também porque o dizem.

Não é verdade que aquilo que vemos é o que vemos do sítio onde estamos? Um bom exemplo disso temo-lo no modo como o espaço português é visto por parte de geógrafos e de dialectólogos<sup>19</sup>. O geógrafo Amorim Girão desenhou um mapa de Portugal com três grandes regiões, Norte, Centro e Sul. O seu colega Orlando Ribeiro distinguiu três Portugais, um Norte interior e um Norte atlântico, um Sul mediterrânico, o que, no final das contas, dá um Norte e um Sul. Paiva Boléo distribuía os dialectos portugueses em três grandes áreas, mais ou menos coincidentes com as de Amorim Girão; além disso, considerava que a população moçárabe da região Centro tinha sido determinante na formação da língua portuguesa, ao refluir sobre o vale do Douro durante a Reconquista<sup>20</sup>. Lindley Cintra, finalmente, distinguiu apenas duas grandes regiões dialectais, a setentrional e a meridional, e atribuía aos nativos de Entre-Douro-e-Minho e Galiza a autoria da nossa língua<sup>21</sup>. Pois bem, Girão e Boléo eram os únicos para quem era clara a individualidade de uma região central do país, correspondente às Beiras: ambos viviam e ensinavam em Coimbra. Ribeiro e Cintra, que não lobrigavam essa individualidade intermédia, eram de Lisboa. Pode ser coincidência.

#### 4.2 (ainda PE/PB) (2007)

---

<sup>17</sup> Para diplomacia basta a de Ataliba T. de Castilho, que descreveu assim este período: «Durante os anos de 60 e parte de 70, historiadores da Linguística Brasileira destacaram nosso apego às questões teóricas e metodológicas, com prejuízo da apresentação dos fatos linguísticos propriamente ditos: Coseriu 1968, Dietrich 1980. Com a implantação dos Programas de Pós-graduação e o amadurecimento dos meios científicos nacionais, alguns projectos colectivos de pesquisa e diversos trabalhos individuais mudaram esse estado de coisas», Ataliba T. de Castilho, «O português do Brasil», *Actas do XIX Congreso Int. de Linguística e Filología Románicas*, ed. Ramón Lorenzo, VI, A Coruña, 1994, 869.

<sup>18</sup> E.F.K.Koerner, «Historiography of Linguistics», *Concise History of the Language Sciences*, ed. Koerner-Asher, Oxford, 1995, 7-16

<sup>19</sup> J. Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, 1998, 45-46.

<sup>20</sup> M Paiva Boléo e M.H.S.Silva, «O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental», *Actas do IX Congresso Int. de Linguística Românica*, Lisboa, III, 1962, 85-112.

<sup>21</sup> L.F.Lindley Cintra, «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses», *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, 81-116.

outros traços de natureza quase sempre sintáctica, além, obviamente, dos lexicais, são hoje determinantes para distinguir as variantes europeia e brasileira<sup>iii</sup>. Eles alimentam uma discussão de nível tipológico que sumamente ocupa os estudos actuais da linguística do português: as diferentes soluções observadas em Portugal e no Brasil inscrevem-se no quadro normal da variação sistemática, pelo que poderemos considerar, dentro do paradigma coseriano, que os dois países têm normas diferenciadas dentro de um mesmo sistema (como Cintra e Celso Cunha defendiam ao falar de «variantes nacionais»<sup>iv</sup>), ou pelo contrário deveremos começar a pensar em termos de «duas gramáticas», eufemismo técnico que esconde a radicalidade de «duas línguas»?

Neste quadro de discussão, torna-se interessante observar o comportamento das vogais átonas, que no português europeu são cada vez menos audíveis. A variante brasileira caracteriza-se pela conservação do sistema do português clássico (*nê-cê-ssá-ri-ô, có-mô-dô*), enquanto em Portugal as vogais átonas sofreram fechamento (*â > â*), elevação para schwa (*ê > , ô > u >* ) ou desapareceram até (*n - (c)ssá-riu > nsá-riu, có-mu-du > có-m -du > cóm-du*). Neste comportamento vocálico, encontram-se duas utilidades gerais: por um lado, verifica-se que o português de Portugal pode ser mais inovador que o do Brasil, contrariamente a uma ideia muito comum, segundo a qual a variante europeia possui uma estabilidade superior; por outro lado, adivinha-se que a evolução do português em África talvez não siga o modelo brasileiro, como defende outra ideia comum, segundo a qual as antigas colónias portuguesas se comportarão linguisticamente de modo paralelo e, portanto, terão mais afinidades entre si do que com a antiga metrópole. Com efeito, quando a vogal átona é seguida de *l*, o português europeu, excepcionalmente, não efectua a sua elevação e conserva a vogal, tal como o brasileiro (*álmeidã* e não *âlmeidã*; *vóltár* e não *vultár*). Mas o português africano distingue-se de ambos por seguir até mais longe a regra geral da elevação (*âlmeidã, vultár*), sendo neste aspecto mais inovador que as outras duas variantes. Em perspectiva, portanto, é possível admitir que novas gramáticas se desenvolvam em África, distintas da portuguesa e da brasileira e, porventura, distintas entre Angola e Moçambique.

#### 4.3. PE/Galego

Maria Antónia COELHO DA MOTA **O português na fronteira com o galego** *Revista de Filología Románica* Vol. 18(2001) 103-115

Quando falamos de «gramática do PE1 (fronteiriço)» estamos, assim, a referir-nos a uma gramática que coexiste com outras gramáticas, no espaço geográfico português, e que, com elas, forma um *continuum* geográfico.

Em PE1, há muita matéria para contrastar com o Galego. Por razões de limitação deste comentário, centrar-me-ei numa questão particular: a Ligação entre verbo e pronome enclítico e entre verbo e artigo, mas exemplificaria, apenas com dois casos, outros tipos de semelhanças e de diferenças.

p. 113: Conclui-se que as variantes verdadeiramente caracterizadoras de PE1, no sentido em que nito sito partilhadas por outras variedades do PB, pelo menos padrito e meridionais, não têm equivalentes sistemáticos com GAI. Se tomarmos, no entanto, em consideração as variantes que, em PE1, são comuns ao padrão, temos mais pontos de contacto com o GAI: dito de outra forma, há muitos pontos de contacto entre GAI e o chamado PE padrão, que talvez seja a variedade que, em português, reúne os traços comuns a todas as variedades

## 5. LÍNGUA NOSSA

(2000)

Mas, se concordarmos com Eduardo Prado Coelho que uma língua é %o lugar onde falamos sempre *de dentro*, tal como o corpo que nos é inerente e que nunca conseguimos ver como mero objecto exterior a nós<sup>22</sup>, então não teremos dificuldade em identificar como *nós* todos quantos se sentirem em sua casa ao falar português.

É certo que nem todos teremos passaporte da mesma cor; uns de nós atravessam as fronteiras da Europa com mais facilidade que outros; uns de nós não conhecem, não imaginam sequer, como seja a terra dos outros e, quando a conhecem, sentem-na como terra estrangeira. No entanto, sem o saber, todos temos em comum que a língua que falamos como nossa parece, a quem a vê de fora, ser sempre a mesma; e todos à uma nos indignamos se o observador externo acrescenta, exagerando a nota, que a diferença não é muito grande entre o português e o espanhol<sup>23</sup>. E isto porque temos em comum sentimentos de posse e de identidade separativa, aquela que diz o que não somos e o que não nos é.

Mas, no que toca à identidade conjuntiva, aquela que faria todos os falantes do português sentirem-se unidos, as coisas complicam-se. Brasileiros e portugueses e africanos, nós pertencemos a diferentes nações de diferentes estados de diferentes continentes e não temos pena de que assim seja. No geral, não sentimos necessidade de combater essa condição da nossa existência e, no particular da língua, não sentimos que o facto de a possuímos em comum e de a usarmos entre nós para os entendimentos e, não esquecer, para os desentendimentos, precise de ter consequências niveladoras quer quanto à língua, quer quanto ao nosso inter-relacionamento. Não é preciso poeta para dizer que entre os falantes da língua também existe variação.

---

<sup>i</sup> Nicolas Ostler, *Empires of the Word. A Language History of the World*, N. York, 2006, 315.

<sup>ii</sup> I. Castro et al., *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, 1987.

<sup>iii</sup> Paul Teyssier, *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra, 1989; Maria Helena Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 2003, 45-51.

<sup>iv</sup> Celso Cunha, «Política e cultura do idioma», *Língua, Nação e Alienação*, Rio de Janeiro, 1981, 11-36.

---

<sup>22</sup> E. Prado Coelho, «O Português, língua de comunicação internacional», *RILP*, 7, 1992, 17.

<sup>23</sup> «By most objective standards, it is almost only the phonological (and orthographical) differences that set the two languages [Spanish and Portuguese] off from each other», R. Posner, *The Romance Languages*, Cambridge, 1996, 209.